



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO  
DISPENSA ELETRÔNICA

Processo nº 08285.007394/2022-11

**TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/21**  
**(Contratação Direta)**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI N. 14.133/2021).**

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar e adoçante), visando atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo e suas unidades, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição /Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRATO EM VIDRO temperado, de 22cm de diâmetro, fundo, liso, cristal, transparente. Resistente a micro-ondas, freezer, geladeira, impactos e pequenas quedas. Marca de referência: Duralex, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	453427	Unidade	120	R\$ 6,98	R\$ 837,60
2	COPO DE VIDRO temperado, tipo "long drink", com capacidade mínima de 300ml, transparente; tipo de uso: água/suco/refrigerante. Não poroso. Em formato cilíndrico. Resistente a micro-ondas, freezer, geladeira, impactos e pequenas quedas.	267858	Unidade	120	R\$ 6,88	R\$ 825,60
3	GARFO DE MESA sem emendas, todo em aço inoxidável, lâmina alongada e acabamento vibrado, peso aproximado de 27gr, mínimo de 17cm de comprimento. Marca de referência: Tramontina ou equivalente, ou de melhor qualidade.	464854	Unidade	120	R\$ 6,65	R\$ 798,00
4	COLHER DE MESA (SOPA) sem emendas, toda em aço inoxidável, mínimo de 17cm de comprimento. Marca de referência:	465861	Unidade	120	R\$ 5,12	R\$ 614,40

	Tramontina ou equivalente, ou de melhor qualidade.					
5	FACA DE MESA com lâmina e cabo em aço inoxidável, mínimo de 17cm de comprimento. Marca de referência: Tramontina ou equivalente, ou de melhor qualidade.	320289	Unidade	120	R\$ 7,18	R\$ 861,60
6	GARRAFA TÉRMICA, capacidade para 1,0 litros, ampola em vidro, com corpo em aço inoxidável, formato cilíndrico, com sistema de pressão, alça em plástico resistente na cor preta, com sistema anti-pingos, acondicionado em embalagem de papelão reforçado, garantia mínima do fabricante de 12 meses.	455619	Unidade	24	R\$ 113,32	R\$ 2.719,68
7	GARRAFA TÉRMICA, capacidade para 1,8 litros, ampola em vidro, com corpo em aço inoxidável, formato cilíndrico, com sistema de pressão, alça em plástico resistente na cor preta, com sistema anti-pingos, acondicionado em embalagem de papelão reforçado, garantia mínima do fabricante de 12 meses.	304512	Unidade	24	R\$ 119,66	R\$ 2.871,84
8	PANO DE PRATO 100% algodão, acabamento em costura overlok ou embainhado, modelo liso alvejado, cor branco, medindo aproximadamente 45cm x 65cm (tolerância de 5cm para mais ou para menos nas dimensões)	485722	Unidade	80	R\$ 4,33	R\$ 346,40
9	COADOR DE CAFÉ em flanela 100% algodão, na cor branca, cabo de madeira torneada, aro de arame, finalidade café, com 30cm de profundidade por 20cm de diâmetro (capacidade de 5,2 litros).	259473	Unidade	40	R\$ 15,09	R\$ 603,60
10	BANDEJA RETANGULAR em aço inoxidável, de 42cm x 28cm (tolerância de 3cm para mais ou para menos nas dimensões). Finalidade: servir alimentos e bebidas.	327838	Unidade	24	R\$ 116,92	R\$ 2.806,08
11	LEITEIRA/CANECÃO em alumínio polido e cabo de madeira, com capacidade entre dois a três litros.	343359	Unidade	16	R\$ 51,25	R\$ 820,00
12	COLHER DE PAU, maciça, resistente e leve, medindo aproximadamente 30cm de comprimento (tolerância de 5cm para mais ou para menos)	353467	Unidade	24	R\$ 8,73	R\$ 209,52
13	BANDEIRA DO BRASIL 3 panos. Bandeira Nacional, confeccionada conforme as Normas ABNT NBR 16286:2014 e ABNT NBR 16287:2014 em tecido 100% poliéster e Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Fabricado com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável. Para uso externo. Tarja na cor branca e dois ilhoses, tarja reforçada por 2 alças de cordão em nylon extra forte. Costuradas	467923	Unidade	12	R\$ 184,25	R\$ 2.211,00

	com barras dupla de 1º qualidade. Globo dupla-face com estrelas e letras estampadas com aplicação de tecido sobre tecido em ambas as faces e bordado no contorno externo, linha com proteção UV, comprimento 135 cm, largura 193 cm, nas cores predominantes da Bandeira do Brasil, desenho nacional do Brasil					
14	BANDEIRA DO ESPÍRITO SANTO 3 panos. Bandeira do ES confeccionada conforme as Normas ABNT NBR 16286:2014 e ABNT NBR 16287:2014 em tecido 100% poliéster, com fio de alta resistência e costura com barras duplas; símbolo estampado com aplicação de tecido sobre o tecido em ambas as faces com bordado no contorno externo, costuras reforçadas nas laterais e cantos; tarja branca e com 2 ilhoses de latão sólido em cada ponta, tarja reforçada por 2 alças de cordão em nylon extra forte; linha com proteção UV; malha bloqueada indesmalhável; comprimento 135 cm, largura 193 cm. Para uso externo. Obedecendo às normas dispostas no Decreto Normativo nº 16.618/1947, que instituiu a bandeira do Espírito Santo	467923	Unidade	12	R\$ 174,87	R\$ 2.098,44
15	BANDEIRA DA POLÍCIA FEDERAL 3 panos. Bandeira da Polícia Federal, confeccionada em tecido 100% poliéster azul celeste. Fabricado com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável. Para uso externo. Tarja na cor branca e dois ilhoses, tarja reforçada por 2 alças de cordão em nylon extra forte. Brasão estampado com aplicação de tecido sobre o tecido em ambas as faces e bordado no contorno externo, linha com proteção UV, comprimento 135 cm, largura 193 cm, de acordo com o manual de identidade visual da PF (anexo A)	245445	Unidade	12	R\$ 117,67	R\$ 1.412,04
16	BANDEIRA DA POLÍCIA FEDERAL 2 panos. Bandeira da Polícia Federal, confeccionada em tecido 100% poliéster azul celeste. Fabricado com fio de alta resistência e malha bloqueada indesmalhável. Para uso interno. Tarja na cor branca e dois ilhoses. Brasão de tecido bordado a linha (2 faces) aplicado frente e verso com bordado no contorno externo, comprimento 128 cm, largura 90 cm, de acordo com o manual de identidade visual da PF (anexo A)	467923	Unidade	12	R\$ 99,60	R\$ 1.195,20

<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 21.231,00</b>
--------------------	--------------------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 21.231,00 (vinte e um mil duzentos e trinta e um reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’, DA LEI Nº 14.133/2021).**

2.1. A Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo e suas delegacias descentralizadas trabalham diuturnamente para cumprir a sua missão institucional. Em suas unidades administrativas, é verificado um alto fluxo de pessoas diariamente, de cidadãos que procuram um atendimento para solucionar dúvidas e formalizar petições. Ainda, os servidores do órgão exercem suas atividades administrativas em horário comercial e no regime operacional em escala de revezamento, necessitando, assim, permanecer no ambiente de trabalho por pelo menos 08 (oito) horas, no caso da área administrativa, e por 24 (vinte e quatro) horas nas escalas de serviço operacional.

2.2. Nessa esteira, é imprescindível que os ambientes físicos da SR/PF/ES e de suas unidades disponham de materiais mínimos que facilitem e proporcionem uma melhor qualidade do trabalho e do atendimento dos cidadãos. Tal necessidade é comum nos variados órgãos da administração pública em todas as esferas. Importante consignar que o setor privado também dispõe da mesma necessidade, qual seja, ofertar uma estrutura mínimo que favoreça a comodidade dos que ali estão diariamente e dos cidadãos que procuram atendimento.

2.3. Os utensílios de copa/cozinha são necessários para equipar as copas e refeitório das unidades vinculadas à SR/PF/ES, principalmente, daquelas que funcionam ininterruptamente para o desempenho de atividades específicas. O intuito é disponibilizar toda estrutura necessária para os intervalos de descanso, alimentação, entre outros, uma vez que policiais chegam a passar até 24 (vinte e quatro) horas sem se ausentar do local de trabalho, em busca da evolução na melhoria de desempenho dos indicadores, bem como de estímulo da força de trabalho.

2.4. Também faz-se necessária a aquisição de bandeiras oficiais para o uso interno e externo, em demandas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo e das suas Delegacias descentralizadas.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘C’, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. Aquisição de materiais de consumo para atender a Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo e suas unidades subordinadas, conforme especificação e quantidades previstas na tabela acima.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA ‘D’, DA LEI Nº 14.133/21)**

4.2. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2.1. Sustentabilidade:

4.2.1.1. A Contratada deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01/2010 e na política nacional de

resíduos sólidos instituída por meio da Lei nº 12.305/2010.

4.2.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.2.3.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, vez que o objeto da presente contratação, por sua simplicidade e modalidade de aquisição, não requer tal exigência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021)**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens pela contratada, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. *FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘H’, DA LEI Nº 14.133/2021)***

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

## **8. *ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA***

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*Gestão/Unidade:* 200352;

*Fonte de Recursos:* 0100000000;

*Programa de Trabalho:* ---

*Elemento de Despesa:* 3390000;

*Plano Interno:* PF99900AG22;

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **9. *ANEXOS***

Vila Velha - ES, na data da assinatura.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**

*Escrivão de Polícia Federal*  
*CPL/SELOG/SR/PF/ES*

**THUANE BROEDEL ANDRADE**

*Escrivão de Polícia Federal*  
*CPL/SELOG/SR/PF/ES*



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 07/12/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 07/12/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26102436** e o código CRC **DDFE7D5B**.